
O RACISMO NAS ENTRELINHAS: ANÁLISE DISCURSIVA DO MOVIMENTO “#MEU RACISTA SECRETO” E SUAS IMPLICAÇÕES NO “X”

Elky Matheus da Silva Nascimento

Graduando em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Resumo

Este artigo utiliza a Análise do Discurso pecheutiana para investigar o movimento "Meu Racista Secreto" e suas implicações no combate ao racismo no Brasil, especialmente na rede social "X" (antigo Twitter). O estudo revela como a linguagem e a ideologia interagem na reprodução do racismo estrutural, enfatizando a racialização do sujeito negro e a naturalização de estereótipos. Analisando três Sequências Discursivas (SD), o trabalho explora como sujeitos posicionados dentro de formações ideológicas específicas negociam seus discursos, expondo a complexidade do racismo velado e suas justificativas, como a ideia de que cotas raciais são privilégios, sobre a construção dos padrões de beleza, e também sobre a falsa existência do racismo reverso.

Palavras-chave: Racismo. Letramento Racial. Sujeito Negro.

INTRODUÇÃO

O racismo, uma estrutura de poder profundamente enraizada na sociedade, se atualiza nos dias atuais com novas configurações, adaptando-se aos meios digitais e perpetuando-se em discursos disseminados por plataformas como o “X”, antigo *Twitter*. Em meio a essa complexa teia discursiva, o movimento "Meu Racista Secreto" emerge como um fenômeno de particular relevância, revelando as nuances ocultas de preconceitos velados que permeiam o cotidiano. Este artigo, ancorado na Análise do Discurso, se propõe a desvendar as camadas subjacentes desse discurso, oferecendo uma análise crítica sobre como as redes sociais, especialmente o “X”, se tornaram arenas onde o racismo é simultaneamente exposto e dissimulado. Ao explorarmos as implicações desse movimento, pretendemos contribuir para o entendimento mais profundo da relação entre linguagem, poder e discriminação racial, sublinhando a urgência de desvelar e combater tais discursos em nossa sociedade contemporânea.

A Análise do Discurso pecheutiana, com sua ênfase na relação entre ideologia e linguagem, oferece um aparato teórico robusto para desvelar as operações discursivas que sustentam e reproduzem o racismo nas interações digitais no “X”. Ao explorar os discursos que compõem o movimento "Meu Racista Secreto", buscamos entender como os sujeitos, posicionados dentro de formações ideológicas específicas, negociam seus discursos em um espaço que simultaneamente possibilita a liberdade de expressão e a vigilância social. Dessa forma, este artigo não apenas se propõe a mapear as algumas manifestações do racismo no “X”, mas também a investigar os mecanismos pelos quais esses discursos são legitimados, contestados e (re)significados dentro da rede.

É relevante que se investiguem as tramas discursivas do racismo em ambientes virtuais, dada a sua capacidade de moldar expressões de percepções e atitudes na vida cotidiana. O estudo do movimento "Meu Racista Secreto" não se limita à exposição de preconceitos latentes; ele se insere em um contexto mais amplo de luta por reconhecimento e igualdade, onde a compreensão dos discursos de poder se torna essencial para a transformação social. Assim, este trabalho se alinha com os esforços contemporâneos de desconstrução, análise e denúncia das práticas racistas, contribuindo para a construção de um discurso público mais consciente e inclusivo.

COMO O MOVIMENTO “MEU RACISTA SECRETO” FUNCIONOU

Em 2018, o movimento "Meu Racista Secreto"¹ surgiu no "X" como uma resposta às experiências de racismo vivenciadas por pessoas negras no Brasil. A *hashtag* #MeuRacistaSecreto começou a ganhar popularidade e foi usada por usuários-sujeitos para compartilhar relatos pessoais de discriminação racial que enfrentaram em suas vidas cotidianas. Esses relatos variavam desde situações sutis de preconceito até episódios de materialização do racismo estrutural. Muitos usuários-sujeitos aproveitaram a plataforma do "X" para expor essas experiências e destacar como o racismo está enraizado na sociedade brasileira, muitas vezes de maneiras que não são facilmente reconhecidas ou discutidas.

O movimento trouxe à tona questões importantes sobre a persistência do racismo no Brasil, mesmo em um contexto onde muitas vezes se promove a ideia de uma sociedade racialmente inclusiva e miscigenada. Ao compartilharem suas histórias, os participantes do movimento buscavam conscientizar o público sobre as realidades do racismo e fomentar discussões mais amplas sobre como combatê-lo e promover a igualdade racial.

Embora o movimento tenha se concentrado inicialmente no "X", sua influência se estendeu para além das redes sociais, inspirando conversas e iniciativas em outras esferas da sociedade. Isso evidencia o poder das mídias sociais como ferramenta para a mobilização social e para dar voz a comunidades historicamente marginalizadas, mas vale enfatizar que o contrário também acontece, a dominação, a hegemonia, a divisão também é perpetuada. Isto é tão real que aqui estamos também refletindo sobre este movimento.

Movimentos como o "Meu Racista Secreto" desempenham um papel relevante no enfrentamento do racismo no Brasil, contribuindo para conscientização, empoderamento e transformação social. Ao expor histórias pessoais, esses movimentos ampliam a compreensão sobre as formas diversas e, muitas vezes, sutis de manifestação do racismo no cotidiano, promovendo um importante processo de educação pública.

Esses movimentos também desempenham um papel estratégico na pressão por mudanças concretas em políticas, leis e práticas institucionais que perpetuam o racismo estrutural, mobilizando diferentes setores da sociedade para exigir ações que promovam

¹ Uma matéria publicada na *Capricho*, relata detalhes sobre o movimento #MeuRacismoSecreto, destacando sua relevância nas redes sociais para expor casos de racismo velado no Brasil. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/meuracistasecreto-entrega-no-twitter-casos-de-racismo-velado-no-brasil/>.

igualdade racial. Ao mesmo tempo, desafiam estereótipos e preconceitos enraizados, desconstruindo visões desumanizantes e fortalecendo a luta por reconhecimento e inclusão. Dessa forma, constituem-se como instrumentos fundamentais na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

ALGUNS CONCEITOS

Quando produzimos linguagem, também produzimos discursos. Segundo Brandão (2002), Discurso se resume em uma atividade comunicativa entre interlocutores, é uma atividade que produz sentido e interação entre falantes. A autora ainda acrescenta dizendo que o falante/ouvinte, escritor/leitor que são os sujeitos do discurso, são seres situados em um tempo histórico, num espaço geográfico, pertencentes a uma comunidade, a um grupo e por esse motivo carregam crenças, valores culturais e sociais, ou seja, carregam a ideologia do grupo ou comunidade de que fazem parte. É por esse motivo que falamos que não existe discurso neutro, todo discurso está vinculado a uma posição social, cultural e ideológica. Tudo isso devemos levar em consideração ao analisarmos as Sequências discursivas (SD) apresentadas.

O sujeito que produz o discurso diz o que pensa, mas não tem controle dos sentidos e efeitos que (re)produz. No discurso existem as entrelinhas, que muitas vezes servem de estratégia para não deixar o seu discurso tão claro, por exemplo, no caso do discurso de ódio, se deixando o ódio claro, aquela pessoa acaba se responsabilizando pelo o que diz ou escreve, por isso muitas vezes é comum o sujeito que produz o discurso deixar por conta do interlocutor o exercício de construir e de buscar sentidos implícitos e subentendidos em tais discursos.

Pêcheux em seus estudos focou no discurso, que segundo ele, é a materialização da ideologia. Orlandi (1994) diz que o discurso produzido é acessado através da linguagem, portanto, não existe linguagem sem discurso e nem discurso sem ideologia. Na AD, chamamos de Condições de Produção (CP) que é essencial para o processo de análise. De acordo Orlandi (1999) essas condições nos possibilitam compreender os sujeitos do discurso e também a situação que possibilitou o desenvolvimento do discurso. Devemos entender claramente que as ações e os contextos dos discursos não se resumem somente a fatos imediatos, mas, entre outras coisas, aos fatos passados que também estão inseridos na (re)produção dos discursos.

Os sujeitos que (re)produziram os discursos que iremos analisar potencializam o movimento de racialização do sujeito negro. Sobre esse processo de racialização nos ancoramos nas reflexões desenvolvidas por Almeida (2021), que diz que o processo de racialização o sempre esteve ligado ao ato de estabelecer classificações; seu sentido sempre está ligado a circunstâncias históricas. Na construção desse discurso de racialização, sempre há conflito, poder, hegemonia, sendo, dessa maneira, um conceito que está entrelaçado com elementos políticos, sociais e econômicos das sociedades contemporâneas. Esse movimento de racializar o sujeito é muito interessante de ser observado, porque na maioria das vezes ele ocorre com essa intenção de afastamento, de diferenciação, pois dessa forma cria-se imaginariamente uma legitimidade para produzir os mais diversos discursos de ódio.

O processo de racialização do sujeito negro, conforme as reflexões Almeida (2019), é uma dinâmica complexa que transcende meras classificações biológicas ou fenotípicas. Racializar um sujeito negro significa inseri-lo em um contexto histórico e social onde a cor de sua pele e outros elementos fenotípicos e culturais, de gênero e tantos outros que concorrem, adquire um significado que vai além da aparência. Nesse processo, o sujeito negro é construído como "outro", sendo frequentemente associado a estereótipos negativos que justificam sua subordinação social, econômica e política

A racialização é um mecanismo de poder, onde as diferenças raciais são utilizadas para estabelecer e manter hierarquias dentro da sociedade. O sujeito negro, portanto, é visto não apenas como diferente, mas inferior, e, se é inferior, é inferior a outros grupos racializados também, portanto um fenômeno sempre dialético, que se insere na construção de totalidades, o que legitima práticas de discriminação e exclusão. Esse processo é perpetuado por estruturas institucionais, como o sistema de justiça, o mercado de trabalho, a mídia, a educação e outros, que reforçam a marginalização do negro e restringem suas oportunidades de mobilidade social.

O intuito deste trabalho é justamente analisar a partir deste movimento como se dá o funcionamento do racismo no nosso país, e também refletir a partir desses relatos algumas falácias acerca de elemento que dizem respeito aos movimentos étnico-raciais em nosso país. Agora, vamos para as Sequências Discursivas, que no decorrer deste trabalho serão analisadas a partir de embasamentos teóricos tanto da análise do discurso, quanto de outras áreas que darão conta das reflexões feitas.

ANÁLISE DAS SEQUENCIAS DISCURSIVAS

O corpus deste artigo é composto por 3 SD. Vejamos quais são elas e as análises feitas:

SD1 - "#MeuRacistaSecreto diz que cota racial é privilégio, já que não existe mais racismo no Brasil".

Vamos iniciar a analisando a SD1. Como já foi dito esse comentário foi publicado no antigo Twitter, para o início da análise desta sequência discursiva precisamos examinar as ideologias subjacentes e a posição do sujeito que emitiu esse discurso. O sujeito nesse comentário afirma dois elementos, o de que cota racial é privilégio e de que no Brasil não existe mais racismo. Sabemos que essas afirmações são falsas e partem de muitas ideologias que tentam mascarar esse problema social com interesses políticos e sociais de privilégio. A afirmação de que "não existe mais racismo no Brasil" reflete uma ideologia de negação ou minimização do racismo presente na sociedade.

Segundo dados dos presentes do site Poder 360², o Brasil registrou 3.426 acusações de racismo até 4 de novembro de 2024. Os números são 3 vezes maiores que os registrados em 2020, quando o país teve 1.149 relatos de violência racial, e já ultrapassam os registros de todo o ano de 2023. Esses dados nos ajudam a evidenciar a falsa afirmação de que no Brasil não existe racismo. Essa falsa ideia desconsidera a realidade das pessoas que ainda enfrentam discriminação racial em várias esferas da vida. Afirmar que no Brasil não existe mais racismo é ignorar uma realidade complexa e multifacetada, com consequências significativas, dissimulando conscientemente a existência do racismo.

Tal afirmação perpetua a marginalização das experiências e vivências da população negra, desconsiderando as persistentes desigualdades sociais, econômicas e políticas enfrentadas por esse grupo. Além disso, essa negação impede a implementação de políticas e medidas eficazes para combater o racismo estrutural e promover a igualdade de oportunidades, perpetuando assim um ciclo de injustiça e exclusão.

Ao caracterizar as cotas raciais como "privilégio", há uma ideologia subjacente que privilegia a igualdade formal em detrimento da igualdade substancial. Essa

² Dados disponíveis: <https://www.poder360.com.br/poder-justica/disque-100-registra-3-426-acusacoes-de-racismo-em-2024/>

perspectiva ignora as desigualdades históricas e estruturais que persistem e justificam a necessidade de políticas afirmativas, como afirma Araújo Júnior (2023, p. 8) cotas é “ uma medida mínima para reparar a população negra que foi vítima de escravidão e de tráfico humano. Certamente, ela é um instrumento para promover justiça em consonância com a realidade dos negros.

Vale ressaltar que as cotas são indispensáveis em uma sociedade que construiu sua base econômica sobre a exploração da mão de obra escravizada. Nesse sentido, sua manutenção é crucial para assegurar que o Estado ofereça reparação à população negra pelos séculos de escravidão. Contudo, as cotas representam apenas um passo inicial e não um ato de desculpas, mas sim uma forma de reconhecimento de uma dívida histórica. Após a abolição, o Estado falhou em formalizar o acesso dos negros ao mercado de trabalho, à educação e a outros direitos básicos, perpetuando assim a exclusão social e econômica desse grupo.

Sobre a ideologia discursiva, Orlandi (2001) nos leva a entender que a ideologia é fundamental na criação do efeito de evidência e unidade, sustentando os significados institucionalizados e aceitos como "naturais" com base no que já foi dito. A autora sugere que a ideologia deve ser vista não como um simples "conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade", mas como uma "função da relação necessária entre linguagem e mundo".

Orlandi (2001, p. 48) esclarece que "não há aliás realidade sem ideologia", pois esta é crucial para a interpretação e atribuição de sentidos. Ela ainda resalta que "não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia", indicando que a ideologia é uma interpretação de sentido em uma determinada direção, moldada pela relação entre a linguagem e a história através de mecanismos imaginários (ORLANDI, 2001, p. 43).

A visão trazida na SD1 desconsidera as disparidades históricas e estruturais que são históricas e naturalizadas que resultam em desigualdades persistentes entre grupos raciais. As cotas raciais buscam corrigir essas disparidades ao reconhecer e remediar as injustiças históricas enfrentadas por comunidades marginalizadas. Ao rotular as cotas como privilégio, são ignoradas a necessidade de medidas afirmativas para garantir uma equidade de oportunidades, baseada na correção das desigualdades profundamente enraizadas na sociedade. Essa abordagem subestima a importância de abordar as raízes sistêmicas do racismo e promover a inclusão genuína e a equidade para todos os cidadãos.

O usuário-sujeito que publicou essa SD parece ocupar uma posição ideológica de privilégio ou ignorância quanto às experiências reais de discriminação racial enfrentadas por outras pessoas. Posição Ideológica é um conceito muito importante na AD. A posição ideológica do sujeito que afirma que "cota racial é privilégio, já que não existe mais racismo no Brasil" está profundamente enraizada em uma negação das desigualdades raciais estruturais e históricas que permeiam a sociedade brasileira. Essa perspectiva ideológica busca deslegitimar as políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais, ao classificá-las como privilégios injustificados, ignorando as profundas disparidades raciais que essas políticas visam corrigir. Ao afirmar que "não existe mais racismo no Brasil," o sujeito opera dentro de uma formação discursiva que naturaliza o status quo, obscurecendo as continuidades do racismo em suas formas mais sutis e estruturais.

Essa posição ideológica é frequentemente associada a um discurso de "mito da democracia racial,"³ que propaga a ideia de que o Brasil superou o racismo e que todos os cidadãos têm as mesmas oportunidades, independentemente da cor da pele. Tal discurso não apenas minimiza as experiências cotidianas de discriminação e exclusão enfrentadas por pessoas negras e outras minorias racializadas, mas também invalida os mecanismos históricos e sociais que perpetuam a desigualdade racial. A ideologia subjacente a essa posição busca preservar a ordem social existente, resistindo a mudanças que possam ameaçar os privilégios acumulados por aqueles que historicamente se beneficiaram da supremacia branca.

Esse sujeito que emite esse tipo de discurso está intrinsecamente ligado a uma visão individualista e descontextualizada da sociedade eles podem se beneficiar do sistema atual e, portanto, não reconhecem a necessidade de medidas como cotas raciais para promover a igualdade de oportunidades. Além disso, esse sujeito pode estar alinhado com uma visão conservadora que busca manter o status quo e resistir a mudanças que desafiem as estruturas de poder estabelecidas.

A análise dessa sequência discursiva nos leva a questionar não apenas as ideologias subjacentes, mas também a posição ética e moral do sujeito que emite tais

³ O mito da democracia racial, conforme apontado por Domingues (2005), é a ideia de que o Brasil seria uma sociedade harmônica, sem conflitos raciais, onde negros, brancos e indígenas convivem de forma igualitária. Essa visão foi construída pela elite branca para esconder a realidade de desigualdade racial e mascarar as disparidades entre as classes. Embora o Brasil seja uma sociedade miscigenada, o racismo estrutural persiste, evidenciado nas desigualdades de acesso a recursos como educação, saúde e trabalho. O mito serve, assim, para negar o racismo e dificultar a luta por igualdade, perpetuando a marginalização da população negra e suas demandas por justiça social.

afirmações. Em vez de contribuir para o avanço do diálogo e da justiça racial, essa perspectiva serve para reforçar os privilégios e perpetuar a marginalização das comunidades racialmente discriminadas.

Além disso, ao categorizar as cotas raciais como "privilégio", o sujeito desconsidera o propósito fundamental dessas políticas, que é corrigir desigualdades históricas e estruturais e promover a inclusão e a diversidade. As cotas raciais são uma ferramenta temporária para garantir oportunidades equitativas para grupos historicamente marginalizados, reconhecendo que o acesso igualitário nem sempre é alcançado devido às barreiras sociais e econômicas existentes.

Ao adotar uma posição de negação do e desmerecimento das cotas raciais, o sujeito perpetua um discurso que invisibiliza as experiências e realidades das pessoas negras e outras minorias raciais, contribuindo para a manutenção de estruturas de poder que as oprimem. Isso também reflete uma falta de entendimento sobre a complexidade das questões raciais e uma recusa em confrontar os privilégios que podem ser desfrutados dentro de um sistema social desigual.

Portanto, a análise desse discurso revela a presença de ideologias de negação do racismo e privilegiamento da igualdade formal⁴, bem como a posição de um sujeito que se beneficia do sistema atual e se opõe a medidas que visam corrigir as desigualdades raciais. Essa perspectiva reflete uma compreensão limitada e problemática das questões raciais no Brasil. Diante disso, pudemos perceber a importância de desafiar tais narrativas e promover uma compreensão mais profunda e empática das questões raciais, visando a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todos.

Este trabalho tem como objetivo não só refletir sobre esses discursos e as problemáticas ligadas a eles, mas como já foi dito através desses discursos construir um letramento racial necessário para os dias atuais. Comentários que negam a existência do racismo e desqualificam medidas como as cotas raciais contribuem para o fortalecimento do racismo no Brasil de várias maneiras, vejamos na Quadro 1:

⁴ Fiquene (2015) reflete que a igualdade formal, embora baseada no ideal de tratamento igualitário para todos perante a lei, revela-se limitada na prática, pois desconsidera as diferenças históricas, sociais e econômicas que estruturam a desigualdade na sociedade. Nesse sentido, perpetuar o princípio da igualdade formal sem reconhecer essas disparidades pode reforçar injustiças ao tratar igualmente indivíduos que partem de condições profundamente desiguais. Para enfrentar esse desafio, a autora destaca a igualdade material como uma abordagem mais eficaz, propondo ações afirmativas, como o sistema de cotas, que tratam desigualmente os desiguais, não como forma de privilégio, mas como um caminho necessário para alcançar um equilíbrio social efetivo e restaurar a equidade.

Quadro 1 - A negação do racismo e as consequências⁵

PERPETUAM A NEGLIGÊNCIA:	Ao negar a existência do racismo, esses comentários negligenciam as experiências reais de discriminação racial enfrentadas por muitas pessoas no Brasil. Isso pode desencorajar as vítimas de racismo de denunciar essas injustiças e buscar apoio, perpetuando assim a invisibilidade e a impunidade dos perpetradores.
MINIMIZAM A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS:	Rotular as cotas raciais como "privilégio" desqualifica a necessidade e a eficácia ⁶ dessas medidas para combater as desigualdades históricas e estruturais. Isso mina os esforços para promover a inclusão e a diversidade em instituições e setores onde as minorias raciais são sub-representadas.
REFORÇAM ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS	Ao negar a existência do racismo, esses comentários reforçam estereótipos prejudiciais sobre pessoas negras e outras minorias raciais, como a ideia de que elas são "privilegiadas" ou que o racismo é uma questão do passado. Isso perpetua uma visão distorcida e desumanizante dessas comunidades.
DESENCORAJAM O DIÁLOGO E A MUDANÇA	Comentários que negam ou minimizam o racismo podem desencorajar o diálogo aberto e construtivo sobre questões raciais e impedir o progresso em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva. Eles perpetuam a complacência e a inação em relação às desigualdades raciais, impedindo assim qualquer avanço significativo na luta contra o racismo.

Discursos que negam a existência do racismo e desqualificam medidas para combatê-lo contribuem para o fortalecimento do racismo no Brasil ao perpetuar a

⁵ A tabela foi criada no intuito de mostrar de forma prática quais as possíveis consequências existentes quando há negação do racismo no Brasil.

⁶ A pesquisa do IBGE, destacada pela Oxfam Brasil, aponta o sucesso das políticas de cotas no Brasil como um importante instrumento de inclusão social. Dados mostram que entre 1999 e 2019, a proporção de estudantes pretos, pardos e indígenas em universidades públicas aumentou de 15% para 40%. Essa evolução evidencia o impacto das ações afirmativas na democratização do ensino superior. Contudo, apesar dos avanços, desafios permanecem, como a necessidade de fortalecer o debate público para garantir a manutenção e o aperfeiçoamento dessas políticas, especialmente em um contexto de revisão da Lei de Cotas pelo Congresso Nacional. Dados disponíveis: <https://www.oxfam.org.br/blog/pesquisa-do-ibge-mostra-o-sucesso-da-politica-de-cotas/>.

invisibilidade das vítimas, minar os esforços para promover a igualdade e a inclusão, reforçar estereótipos prejudiciais e desencorajar o progresso em direção a uma sociedade mais justa e equitativa.

SD2 - #MeuRacistaSecreto diz que não é racista, MAS só fica com mulher branca pq as 'pretas' tem a buceta feia.

Vamos iniciar as análises sobre a SD2. A SD2, está ligada diretamente com os padrões de beleza femininos da nossa sociedade, esses padrões são diversos, como, por exemplo, a magreza, a pele clara, os cabelos longos, as proporções corporais específicas e a juventude. E outros, contudo, não hegemônicos, subalternizados.

Sobre padrão de beleza FREITAS, LIMA, COSTA e FILHO (2009) afirmam

Quando se fala em padrão, tem-se a ideia de uniformidade. No “campo” da Educação Física e do esporte, padrão e uniforme chegam a ser sinônimos quando usadas para se referirem à vestimenta de uma equipe desportiva, tendo que ser igual para todos. Relacionada à beleza, que é um conceito bastante subjetivo, o padrão de beleza corporal seria um conjunto de características que um corpo deveria apresentar para ser considerado como belo por um determinado grupo de indivíduos. Porém, esta não é a única idéia associada à palavra padrão. (FREITAS, LIMA, COSTA e FILHO, p. 392, 2009)

Além disso, a simetria facial e a conformidade com as normas de aparência estabelecidas também desempenham um papel significativo na definição dos padrões de beleza. No entanto, é importante reconhecer que esses padrões são fluidos e podem variar ao longo do tempo e entre diferentes grupos sociais, e há uma crescente conscientização sobre a importância da diversidade e da aceitação de uma variedade de formas, tamanhos, cores e idades como belas. O usuário-sujeito (re)produz os sistemas hegemônicos através de ideologias racistas e eurocêntricas, que valorizam a branquitude como padrão de beleza e desqualificam mulheres negras com base em estereótipos racistas.

O comentário feito pelo usuário-sujeito contribui para a construção de uma ideologia que associa a beleza e a atratividade feminina à cor da pele e a forma do corpo, reforçando estereótipos racistas e eurocêntricos. A naturalização dessas ideias perpetua a discriminação racial ao justificar a exclusão ou marginalização de mulheres negras com base em características físicas.

Os padrões de beleza femininos impostos pela sociedade frequentemente geram uma série de problemas. Eles podem promover a insatisfação corporal e a baixa autoestima em mulheres que não se encaixam nesses padrões, levando a distúrbios alimentares, ansiedade e depressão. Além disso, esses padrões podem reforçar

estereótipos prejudiciais de gênero, perpetuando a ideia de que o valor das mulheres está intimamente ligado à sua aparência física. Isso pode limitar as oportunidades das mulheres em áreas como carreira, educação e relacionamentos, colocando uma pressão excessiva sobre elas para atender a esses ideais inatingíveis. Além disso, a busca incessante por alcançar esses padrões muitas vezes leva a práticas prejudiciais⁷, como cirurgias plásticas excessivas, tratamentos hormonais e o uso de produtos químicos agressivos, prejudicando tanto a saúde física quanto a mental das mulheres. Em última análise, esses padrões de beleza podem contribuir para uma cultura de superficialidade e desigualdade de gênero, destacando a necessidade de uma mudança para uma abordagem mais inclusiva e compassiva em relação à beleza feminina.

Continuando a análise, é importante observar como esse tipo de discurso contribui para a reprodução de relações de poder desiguais e hierárquicas, nas quais as mulheres negras são colocadas em uma posição de inferioridade em relação às mulheres brancas. Essa hierarquização baseada na cor da pele reforça padrões de beleza eurocêntricos e exclui as mulheres negras do ideal de feminilidade e desejabilidade. Além disso, o discurso revela uma objetificação e desumanização das mulheres negras, reduzindo sua identidade e valor a um atributo físico específico - neste caso, a cor da pele e as características genitais. Isso perpetua uma visão essencialista e estereotipada das mulheres negras, ignorando sua individualidade e complexidade como seres humanos.

Diante disso, vemos a necessidade de desconstruir as narrativas racistas e promover uma educação antirracista que questione e desafie os estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade. Isso requer um compromisso com a inclusão, a diversidade e o respeito pela dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua raça ou origem étnica.

Portanto, a análise crítica desse tipo de discurso não se limita apenas à compreensão de suas dimensões discursivas, mas também busca desvelar as relações de poder e as consequências sociais, psicológicas e emocionais que ele acarreta. É essencial desafiar ativamente esses discursos, promovendo a desconstrução de preconceitos e a

⁷ Segundo Souza e Matos (2015) a pressão estética imposta pela mídia, que promove padrões irreais de beleza, incentiva o uso de dietas de emagrecimento restritivas, contribuindo para o desenvolvimento de transtornos alimentares entre adolescentes do sexo feminino. Essa relação evidencia a influência negativa da idealização midiática no comportamento alimentar e na saúde mental, especialmente em jovens vulneráveis a questões como baixa autoestima e insatisfação corporal. O artigo reforça a importância de uma abordagem crítica e educativa para combater esses padrões e promover uma imagem corporal saudável e equilibrada.

construção de uma cultura de respeito, igualdade e valorização da diversidade humana em todas as suas formas.

SD 3 - #MeuRascitaSecreto diz que existe racismo reverso, mas que dia ele foi morto por ser branco?

A SD3 atua como uma poderosa crítica à noção de racismo reverso⁸, que frequentemente emerge como uma tentativa de equiparar as experiências de discriminação vividas por grupos racialmente privilegiados com aquelas vivenciadas por minorias historicamente oprimidas. No cerne dessa afirmação, há uma desconstrução incisiva da ideia de que existe o racismo contra brancos. A primeira parte do enunciado, “diz que existe racismo reverso,” evoca um discurso que busca legitimar a experiência de brancos como vítimas de racismo, enquanto ignora as profundas desigualdades e a violência sistemática que define o racismo verdadeiro. A estrutura do enunciado, ao introduzir um “mas” seguido de uma pergunta retórica, “mas que dia ele foi morto por ser branco?”, desestabiliza e questiona essa noção, sugerindo que a ausência de perseguição mortal baseada na branquitude desqualifica a ideia de um racismo reverso.

Essa pergunta retórica funciona como um mecanismo de desmascaramento da falácia do racismo reverso, apontando para a discrepância entre a realidade vivida por grupos racialmente privilegiados e a experiência histórica de violência que define o racismo contra negros. Ao enfatizar que o sujeito branco nunca foi morto por ser branco, o enunciado expõe a ausência de uma estrutura de opressão racial contra brancos, o que deslegitima a comparação proposta pelo discurso do racismo reverso.

Do ponto de vista pecheutiano, essa SD pode ser visto como uma manifestação de contradiscurso, ou seja, uma resistência ativa contra a naturalização de discursos que buscam equalizar injustamente as experiências raciais. Ele sublinha a assimetria fundamental entre a branquitude e as identidades racializadas, ao sugerir que o privilégio branco, historicamente, não envolve o risco de morte simplesmente pela cor da pele, como é o caso para pessoas negras em muitas sociedades.

⁸ Segundo Fontoura (2021) o conceito de racismo reverso refere-se a uma noção equivocada que busca inverter a lógica histórica do racismo, colocando sujeitos não negros como alvos de discriminação com base na cor de sua pele. O autor argumenta que essa ideia não possui sustentação material ou teórica, pois ignora o contexto histórico-cultural de desigualdade que estrutura a sociedade brasileira. O racismo, enquanto sistema de opressão, está intrinsecamente ligado à perpetuação de hierarquias sociais e econômicas que favorecem grupos dominantes, e não há precedentes históricos que demonstrem a existência de uma organização social que discrimine sistematicamente pessoas não negras.

Além disso, a SD provoca uma reflexão sobre a instrumentalização do conceito de racismo, que, quando aplicado de maneira equivocada para sustentar a ideia de racismo reverso, acaba por esvaziar e distorcer o significado real do termo. A análise pecheutiana nos permite compreender como essa distorção discursiva serve a interesses ideológicos que buscam manter a hegemonia racial, ao mesmo tempo que obscurece as desigualdades que o racismo perpetua.

Em suma, a SD desconstrói a ideia de racismo reverso ao evidenciar que a experiência branca, marcada pela ausência de opressão e violência racial sistêmica, não pode ser equiparada às vivências de racismo verdadeiro. Dessa forma, o discurso mobilizado aqui não apenas desafia a narrativa do racismo reverso, mas também reitera a importância de reconhecer e combater as estruturas reais de opressão racial que continuam a moldar as relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo examinou o movimento “Meu Racista Secreto” no contexto do “X” (antigo Twitter), utilizando a Análise do Discurso pecheutiana e uma ampla base teórica, com autores como Pêcheux, Orlandi, Almeida, Brandão e outros. A pesquisa revelou como o racismo estrutural se manifesta em discursos digitais e como esses discursos são mobilizadas para reforçar desigualdades, mascarando opressões históricas e atuais.

A análise das SDs permitiu identificar diferentes estratégias discursivas. A SD1 evidenciou a negação do racismo no Brasil e a deslegitimação das cotas raciais, apoiando-se em ideologias que ignoram desigualdades históricas e estruturais, como apontam Orlandi (2001) e Araújo Júnior (2023). A SD2 desvelou como padrões de beleza eurocêntricos reforçam a racialização e desvalorização das mulheres negras, contribuindo para sua exclusão e marginalização, conforme discutido por Freitas, Lima, Costa e Filho. (2009). Já a SD3 foi desconstruída a ideia de racismo reverso, destacando, com base em Almeida (2019) e Fontoura (2021), a inexistência de uma opressão estrutural contra brancos e a função ideológica dessa narrativa.

Esses resultados demonstram que os discursos analisados operam como ferramentas de manutenção de privilégios e perpetuação do status quo, ao mesmo tempo em que invisibilizam as vivências e lutas da população negra. As manifestações discursivas observadas, muitas vezes camufladas sob a aparência de neutralidade ou de

“opiniões pessoais”, reforçam dinâmicas de poder desiguais e naturalizam práticas racistas.

A partir dessa análise, fica evidente a urgência de promover um letramento racial que vá além da denúncia, incluindo a desconstrução de ideologias que sustentam desigualdades e a construção de narrativas que valorizem a diversidade e a equidade. Compreender a linguagem como materialização da ideologia, como enfatiza Pêcheux, é essencial para transformar os discursos que fundamentam o racismo estrutural em instrumentos de resistência e mudança social. Dessa forma, este estudo reafirma a necessidade de um escrutínio crítico das práticas discursivas no ambiente digital, que tem se consolidado como palco de disputas ideológicas e sociais. Combater os discursos que perpetuam o racismo é imperativo para avançarmos em direção a uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO JÚNIOR, José Bores de. **As cotas raciais nas universidades: promovendo a equidade e a diversidade**. *ComSerto*, Juazeiro, Bahia, 29 dez. 2023. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/comsertoes/article/view/19209>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 8º. Ed. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**. *Diálogos Latinoamericanos*, Universidad de Aarhus, Aarhus, Latinoamericanistas, n. 10, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf> Acesso em: 25 nov. 2024.

FIQUENE, Giselle Torres. Igualdade material x igualdade formal: uma discussão sobre o sistema de cotas nas universidades brasileiras. In: **Revista Digital Simonsen**. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Simonsen, n. 2, maio 2015. Disponível em: https://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2015/05/Revista-Simonsen_N2-Completa.pdf#page=69 . Acesso em: 25 nov. 2024.

FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila. **Racismo reverso: o porquê da sua não existência**. *Interritórios – Revista de Educação*, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, v. 7, n. 13, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/download/250044/38038>. Acesso em: 25 nov. 2024.

FREITAS, Clara Maria; LIMA, Ricardo; COSTA, António; LUCENA FILHO, Ademar. **O padrão de beleza corporal sobre o corpo feminino mediante o IMC**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**. Princípios & procedimentos. São Paulo: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2001.

SOUZA, Amanda Ferreira; MATTOS, Rafael Teixeira de. **Relação da utilização de dietas de emagrecimento e do padrão de beleza imposto pela mídia no aparecimento de transtornos alimentares em adolescentes do sexo feminino**. *Revista Eletrônica Parlatorium*, v. 9, n. 2, p. 145-162, jul./dez. 2015. Disponível em: https://faminasbh.s3.amazonaws.com/upload/Parlatorium%2092016_2.pdf#page=145. Acesso em: 25 nov. 2024.

Recebido em: 27/09/2024

Publicado em 27/11/2024